RIO TIBAGI: ARTE RUPESTRE, MEMÓRIA DO TIBAGI E COLONIZAÇÃO

ARQUEOLOGIA

O contexto da arte rupestre

A Arte rupestre é composta por gravuras e pinturas que foram produzidas por populações pré-históricas que habitaram o nosso território e que empregaram suportes fixos, como as superfícies de rochas nas margens de rios, ou as paredes de cavernas, abrigos sob-rocha e grutas que estão relacionadas a ambientes cársticos, com rochas de diferentes tipos, como o calcário e o arenito. Mas aparecem também em granitos, andesitos e basaltos, como ocorre na área do vale do Paranapanema (PARELLADA, 2009). Trata-se de uma arte imóvel, que na maioria dos casos não pode ser removida de seu local original, salvo questões excepcionais como o risco de perda iminente por alguma questão antrópica. Um exemplo são blocos com gravuras que estão próximos aos cursos d'água e que poderiam ser carregados para áreas mais altas devido a um eventual alagamento.

As gravuras rupestres foram elaboradas por duas técnicas denominadas picoteamento e incisão. A primeira consiste numa espécie de gravação que vai sendo produzida com o auxílio de um batedor, geralmente mais dura que o suporte, que remove pequenas porções da rocha criando, assim, uma figura. Já a segunda possibilidade de elaboração é por meio da incisão, que ocorre geralmente junto dos rios. Para tanto utilizava-se uma rocha, areia e água para ir causando a abrasão da superfície formando os sulcos que compunham uma figura.

Já para a realização das pinturas as sociedades pré-históricas utilizaram outras técnicas variadas. Além da necessidade de empregar ou produzir o pigmento, que explicaremos adiante, era possível utilizar os dedos ou as mãos, certamente o primeiro método utilizado. Posteriormente houve a necessidade de confeccionar um pincel feito com material vegetal (um caule de alguma planta ou o galho de uma árvore), com pelos de animais. Ainda seria possível pulverizar o pigmento que poderia ser soprado na rocha ou, ainda havia a possibilidade de esfregar diretamente o pigmento seco no suporte. Já a tinta era formada por duas partes: o pigmento e o aglutinante. Os pigmentos são pequenas partículas de materiais inorgânicos, de origem mineral, que foram coletados e processados, por meio da moagem. Em alguns sítios foram encontrados suportes para tintas, feitos de rocha. Já o aglutinante, que poderia ser algum tipo de óleo, clara de ovos, saliva, gordura de origem animal e mesmo urina, funcionava como uma cola, pois servia de ponte na união das partículas.

No Brasil, arqueólogos de diversas instituições de pesquisa analisaram amostras de pigmentos provenientes de distintos sítios arqueológicos. Tais estudos permitiram o reconhecimento da origem das cores, embora existam variações regionais. As cores mais frequentes encontradas nas cavernas, abrigos sob-rocha, paredões, entre outros, são a vermelha, com diferenças diversas entre claro e escuro, a amarela, a marrom, a branca e a preta. A cor vermelha é formada por óxido de ferro, ou hematita, que ocorre com frequência. Já o amarelo é composto por goethita, um tipo de óxido de ferro hidratado. O branco era obtido a partir da caulinita e da gipsita. O preto poderia ser obtido a partir de duas fontes, uma de origem mineral e a outra de origem vegetal. O primeiro é resultante de ossos queimados e triturados, enquanto que o segundo tem base vegetal, da madeira queimada e carbonizada. Mas longe de servir apenas de base para a confecção de uma tinta, o pigmento preto também pode, eventualmente, auxiliar em novos estudos, conforme esclarece a pesquisadora Maria Dulce Gaspar:

> O estudo dos pigmentos negros, por exemplo, traz em si a possibilidade de datação da própria tinta e a possibilidade de se estabelecer o período em que a pintura foi feita, seu estudo permite também, a identificação das espécies animais que foram queimadas. (GASPAR, 2003, p.18).

A arte rupestre possui grande variação dentro do território brasileiro, pois as formas são diferenciadas culturalmente, ou seja, as gravuras e pinturas foram produzidas por diferentes populações. Na arqueologia brasileira esta variação foi agrupada em conjuntos com determinações estilísticas, formando unidades rupestres. Cada uma é denominada “Tradição”, algo que teve início na arqueologia brasileira com o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), e pode ser definido como “Grupos de elementos e técnicas com persistência temporal” (MENDONÇA DE SOUZA, 1997, p. 124). Assim, as tradições rupestres foram criadas abrangendo grupos de gravuras e pinturas com temáticas similares, mas não é algo simples. De acordo com André Prous, é possível

> determinar algumas grandes unidades regionais. Trata-se evidentemente de uma aproximação, já que existe sempre uma certa variabilidade intra-regional, que pode demonstrar evoluções culturais no tempo, no espaço, ou funções distintas. Além disto, se reconhecermos grandes tradições regionais, suas manifestações podem se misturar ou se superpor, particularmente nos territórios fronteiriços, por exemplo, no estado de Goiás. (PROUS, 1992, p. 511).

Além do uso do termo “tradição” há também o “estilo” que pode ser compreendido como uma subdivisão, feita a partir de critérios técnicos. De acordo com Prous há oito tradições rupestres no Brasil: Meridional; Litorânea Catarinense; Geométrica; Planalto; Nordeste; Agreste; São Francisco e Amazônica.

A tradição Meridional ocorre somente no planalto meridional no Rio Grande do Sul, mas não apresenta pinturas, apenas símbolos gravados na rocha. Já a tradição Litorânea Catarinense está situada nas ilhas e no litoral Catarinense. Já a tradição Geométrica é muito mais ampla, ocorrendo desde planalto Catarinense até a região nordeste do Brasil. A tradição Planalto é aquela que se situa em uma ampla faixa territorial, que inclui o estado do Paraná, o de Minas Gerais, até o norte da Bahia. A tradição Nordeste foi identificada nos estados Minas Gerais, Goiás, Ceará, Bahia, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. Nestes últimos estados do nordeste também está situada a tradição Agreste. A tradição São Francisco é representada no vale do São Francisco, em Minas Gerais, na Bahia, em Sergipe, em Goiás e no Mato Grosso. Por último, na região norte temos a tradição Amazônica.

No estado do Paraná ocorrem duas tradições: Planalto e Geométrica. As populações de caçadores-coletores foram as prováveis responsáveis pela presença desta arte rupestre no Paraná, embora tenha sido constatado recentemente que alguns sítios com pinturas estão relacionados a uma cultura ceramista, a Itararé. Na área do segundo planalto, nos municípios de Jaguaraíva, Sengés, Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa, Tibagi, Palmeira e Irati, inúmeras pesquisas localizaram abrigos sob-rocha e paredões da formação Furnas, com vestígios ou pinturas completas (PARELLADA, 2009).

A tradição Geométrica foi caracterizada a partir da publicação de inúmeros sítios que estão espalhados por diversas regiões, do sul do país até o nordeste. Consiste em um conjunto muito heterogêneo de gravuras geométricas inexistindo quase completamente representações figurativas. Prous incluiu aqui duas subdivisões: uma meridional e outra setentrional. As que estão relacionadas ao estado do Paraná são as manifestações Meridionais, que incluem também Santa Catariana, São Paulo e Mato Grosso do Sul. No caso das manifestações Meridionais os sítios arqueológicos apresentam gravações por vezes retocadas e são localizados fora de áreas alagáveis que permitiu a sua conservação. De acordo André Prous, a temática mais frequente se manifesta a partir de:

> (...) ‘tridáctilos’, triângulos (com incisão ou ponto de tipo ‘vulvar’) as outras figuras incluem ainda cupuliformes, e por vezes curvilineares. No estado de São Paulo são particularmente frequentes as ‘pegadas’ por vezes alinhadas em rastros, seja de aves, seja de veado, além de pés humanos ou de felinos, isoladas. (PROUS, 1992. p. 515).

Já a tradição Planalto foi definida a partir de mais de uma centena de sítios arqueológicos que estão em diversos estados, desde o Paraná até a Bahia, sendo o epicentro localizado em Minas Gerais. No Paraná os sítios estão concentrados nos vales do Iapó e do Tibagi. As pinturas ocorrem em cavernas, abrigos e paredões com uma

concentração de figuras de cor vermelha. Há, contudo, outros recursos técnicos considerados mais raros, como o picoteamento com preenchimento de cor e a utilização das cores preta, amarela e branca. Entre as representações são abundantes os zoomorfos, notadamente quadrúpedes (cervídeos), mas outras espécies ocorrem mais raramente, como antas, catitus, tatus e tamanduás. Peixes e aves também ocorrem, a exemplo de emas, que aparecem em alguns abrigos no Paraná. Há, também, a organização de cenas, tal como explica Prous: (...) parecem existir cenas 'implícitas', ou seja, como: grupos de três animais evidenciando por vezes características de macho, fêmea e cria que chamamos 'tríades familiares' (PROUS, 1992, p. 519). Há também antropomorfos, por vezes estilizados, e formas geométricas.

Na área do vale do rio Tibagi ocorrem diversos sítios com pinturas rupestres da tradição Planalto, geralmente em abrigos sob-rocha em terrenos drenados por afluentes. As pinturas foram produzidas, em quase a totalidade, na cor vermelha a partir de ocre. Os temas incluem figuras geométricas (sinais, linhas retas, linhas paralelas, pontos, entre outras), zoomorfos (predominância de cervídeos), fitomorfos (vegetais diversos), e antropomorfos (em alguns casos reduzidos a uma simplificação da forma). Algumas destas características foram primeiramente publicadas por Oldemar Blasi, em 1972, e por Igor Chymz, em 1972, a partir de alguns sítios, e posteriormente reconhecidas por André Prous que as associou a tradição Planalto. Esta teve como base a semelhança tipológica, associando as figuras dos cervídeos, com corpos com formato quadrado ou elíptico, a partir do contorno ou completamente preenchidos, com as manifestações semelhantes existentes em sítios de Minas Gerais (CAVALHEIRO, 2004). Segundo Antônio Cavalheiro, a análise de vinte e dois sítios com a presença das pinturas da tradição Planalto possibilitou reconhecer dois tipos de temas nos abrigos. O primeiro é formado pelos cervídeos característicos da tradição Planalto, enquanto o segundo é constituído somente por sinais denominados "geométricos" formado por pontos, ou nuvens de pontos, traços retos, linhas paralelas, entre outros. Neste último grupo não ocorrem figurações. Tais diferenças poderia representar, segundo o autor, sítios com funções diferenciadas ou que as pinturas foram produzidas por indivíduos de distintas sociedades.

Como as pinturas rupestres são difíceis de serem datadas e pelo fato de poucos sítios deste tipo terem sido escavados, não foi possível determinar uma cronologia e a sociedade que as produziu. Em locais como o Abrigo Cambiju, onde uma escavação foi efetuada e a estratigrafia reconhecida, é possível constatar a antiguidade. Neste sítio os níveis mais superficiais continham fragmentos de cerâmica associados a tradição Itararé, enquanto nos mais profundos apareceram somente materiais líticos, incluindo pontas de

flecha (projéteis). Mas isto também proporciona uma incerteza sobre quem foram os responsáveis pelas imagens que aparecem no teto do abrigo.

Histórico das pesquisas

Desde o início da segunda metade do século XX, estudiosos sabiam da existência de pinturas rupestres no segundo planalto paranaense. Os pioneiros nas pesquisas foram o casal francês Laming e Emperaire que, junto com Oldemar Blasi, percorreram a Fazenda das Cavernas, no município de Piraí do Sul e visitaram um abrigo sob-rocha onde constataram a presença de pinturas. Seu estudo marcou o início deste tipo de pesquisa no Paraná (LAMING & EMPERAIRE, 1968). Outros estudos, realizados em 1966, também por Blasi do Museu Paranaense, foram evidenciando mais pinturas situadas em sítios localizados na margem esquerda do rio Iapó, em Tibagi. A Lapa do Ponciano e a Lapa do Floriano tiveram as pinturas registradas e, no caso desta última, foi realizada uma coleta e uma intervenção no subsolo (BLASI, 1972). A partir da década de 1970, equipes de arqueologia do Museu Paranaense intensificaram as pesquisas em diversos municípios como Tibagi, Castro, Sengés e Jaguariaíva (NIGRO, 1970; PARELLADA, 2003, 2006).

Já entre os anos de 1973/74, o arqueólogo Igor Chmyz, do Centro de Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná realizou estudos em dois outros sítios com pinturas rupestres, situados às margens do rio Quebra-Perna, em Ponta Grossa. São os sítios Abrigo Cambiju (PR PG 1), anteriormente referido, e o Abrigo Morro do Castelo (PR PG 2). No Abrigo Cambiju foi escavada uma parte que revelou materiais líticos que podem ter até 3 mil anos. Também foram localizados fragmentos de hematita com sinais de uso e que estão relacionadas as pinturas do teto. Situação similar foi encontrada no sítio Morro do Castelo, onde a hematita também revelou sinais de uso.

Em 1991, um projeto realizado por uma equipe chefiada por Oldemar Blasi, com apoio da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná e da 10ª regional do SPHAN, teve como objetivo a localizar e documentar novos sítios arqueológicos com pinturas rupestres nos Campos Gerais. Ao todo foram encontrados dezesseis sítios, sendo nove deles no município de Piraí do Sul, e sete na região do rio do Sabão, no município de Tibagi (BLASI, 1991). Blasi também efetuou o primeiro estudo arqueológico de avaliação de impacto realizado sobre o antigo projeto da UHE Santa Branca (1997). Nesta pesquisa foram localizados oito sítios arqueológicos, sendo um deles um abrigo com a presença de pinturas rupestres (BLASI,

1997). Já no trecho final do alto curso do Tibagi, próximo à Telêmaco Borba, Blasi realizou outro levantamento para composição do EIA-RIMA da projetada UHE Tibagi mas, neste ponto, não encontrou sítios com pinturas rupestres.

De 1992 a 1993 foi executado projeto em Ventania que objetivava o estudo do maior sítio com pinturas rupestres no Paraná: o Cavernas de Morro Azul. Na pesquisa diversos sítios puderam ser cadastrados (PARELLADA, 1993; GOTTARDI NETO, 1995). Em 1997, Blasi coordenou estudos prévios para a implantação da Usina Hidrelétrica Santa Branca, no município paranaense de Tibagi, localizando seis sítios cerâmicos Tupiguarani e um abrigo com pinturas rupestres, segundo dados apontados por Antônio Cavalheiro (2004).

Posteriormente, a arqueóloga do Museu Paranaense, Cláudia Parellada realizou pesquisas na região norte dos Campos Gerais localizando novas ocorrências de arte rupestre, notadamente no alto rio Ribeira e no Itararé, afluente do médio Paranapanema. Tais pesquisas visavam a realização da documentação fotográfica de pinturas rupestres, incluindo as do Parque Estadual do Guartelá e áreas próximas (PARELLADA, 2009).

A partir dos anos 2000, começaram a surgir estudos monográficos sobre sítios de pinturas rupestres, a exemplo de Marcelo Lima e Gabriela Justo, que estudaram aspectos pré-históricos na região do rio Iapó, para conclusão do curso de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. A monografia contou com a orientação de Cláudia Parellada (LIMA & JUSTO, 2002). Trabalhos também foram feitos a nível de pós-gradução, como o realizado por Antônio Cavalheiro, em 2004. A dissertação de mestrado, defendida no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, incluiu o levantamento e a análise de tipológica de vinte e dois sítios com pinturas rupestres distribuídos em quatro áreas dos Campos Gerais, relacionadas ao rio Tibagi. Esta pesquisa incluiu sítios já conhecidos, como os localizados por Chymz em Ponta Grossa e os encontrados por Blasi, em Tibagi e Piraí do Sul.

O resgate arqueológico realizado pela arqueóloga Cláudia Parellada, devido a obra da Linha de Transmissão de 230kV entre Bateias e Jaguariaíva, com financiamento da COPEL e com o apoio institucional do Museu Paranaense, também evidenciou a presença de mais sítios com pinturas. Entre 2002 e 2004, Cláudia Parellada (2004) coletou vestígios em 45 das 305 torres. Nos vãos entre torres foram também cadastrados dois abrigos areníticos contendo pinturas, localizadas em Jaguariaíva, sendo um próximo à área urbana.

As pinturas rupestres da região do segundo planalto ficaram cada vez mais conhecidas na medida em que as descobertas foram sendo documentadas e difundidas. Este

fato chamou a atenção de outras profissionais que também resolveram documenta-las, como o artista plástico Ney Barbosa (2004) que localizou e fotografou diversas pinturas que foram incluídas em um livro. Entre 2004 e 2005, Jorge et al. (2007) também realizaram uma documentação fotográfica sobre os sítios com arte rupestre que seriam mais representativos em todo o Brasil e incluíram alguns do Paraná. Para este trabalho tiveram a parceria da arqueóloga Claudia Parellada, que acabou contribuindo na pesquisa e, assim, ampliou-se o registro de sítios em Tibagi, como os dos abrigos Ponciano, Alojamento Guartelá 1, e Floriano 1 e 2, e em Ventania, as Cavernas de Morro Azul.

Todas estas pesquisas realizadas contribuíram para o reconhecimento e registro de aproximadamente cem sítios arqueológicos com gravuras e pinturas rupestres, sendo a maior parte deles localizados nos arenitos no vale do Tibagi e afluentes. Nosso intuito neste ponto é realizar um mapeamento de todos estes sítios para que as informações estejam disponíveis no DVD Rom, e possam ser acessadas não apenas por estudantes, mas também pesquisadores. Abaixo realizamos um levantamento prévio de alguns dos sítios a partir das referências obtidas até o momento. Espera-se que o trabalho seja concluído na medida em que as leituras sejam finalizadas e outras obras possam ser obtidas.

1.1 SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM ARTE RUPESTRE

No.	Sítio Arqueológico	Coordenadas	Altitude	Vestígios	Referências
1	Abrigo Ponte Alta PR-TI-01	7.295.687 567.739	732	Pinturas rupestres Planalto	Arnt (2002)
2	Abrigo Casa de Pedra A	7.290.622 571.655	902	Pinturas rupestres Planalto	Arnt (2002)
3	Abrigo Casa de Pedra B	7.290.614 571.659	903	Pinturas rupestres Planalto	Arnt (2002)
4	RPPN Itatyba	7.286.729 574.647	993	Gravuras Geométrica	Moro (2012)
5	Abrigo Sonho Meu 1	7.285.810 572.456	890	Pinturas rupestres Planalto	Parellada (2013)
6	Cerradinho Santa Rosa 8	7.283.864 548.039	817	Pinturas rupestres	Moro (2012)
7	Abrigo Mainardes	7.283.750 574.856	812	Pinturas rupestres	Planalto Blasi et al. (1991), Cavalheiro (2004)

8	Abrigo Ponte de Pedra	7.283.606 575.481	915	Pinturas rupestres	Planalto Blasi et al. (1991), Cavalheiro (2004)
9	Abrigo Mirante	7.283.589 575.322	927	Pinturas rupestres Planalto	Blasi et al. (1991), Cavalheiro (2004)
10	Abrigo Alojamento Guartelá 2	7.283.439 574.855	960	Pinturas rupestres Planalto	Parellada (2013)
11	Abrigo Alojamento Guartelá 1	7.283.389 574.859	980	Pinturas rupestres Planalto	Parellada (2013)
12	Abrigo Sonho Meu 2 ou Nicolas	7.283.329 574.335	1037	Pinturas rupestres Planalto	Parellada (2013)
13	Lapa Ponciano	7.282.645 576.045	945	Pinturas rupestres Planalto	Blasi (1972)
14	Abrigo Doralice 1 ou Ponciano	7.282.327 575.299	986	Pinturas rupestres Planalto	Blasi (1972), Parellada (1997)
15	Lapa Floriano	7.281.767 576.880	994	Cerâmica Itararé-Taquara, Pinturas Planalto	Blasi (1972)

No.	Sítio Arqueológico	Coordenadas	Altitude	Vestígios	Referências
16	Abrigo Igreja Velha	7.277.470 569.637	886	Pinturas rupestres Planalto	Moro (2012)
17	Lapa Igreja Velha	7.277.278 569.692	919	Pinturas rupestres Planalto	Moro (2012), Parellada (2013)
18	Abrigo Rio Quati 1	7.273.515 566.248	834	Pinturas rupestres Planalto	Blasi et al. (1991), Cavalheiro (2004)
19	Abrigo Rio Quati 2	7.273.496 566.302	832	Pinturas rupestres Planalto	Blasi et al. (1991), Cavalheiro (2004)
20	Abrigo Iberá	7.273.226 566.176	818	Pinturas Planalto, ponta projétil Umbu	Blasi et al. (1991), Cavalheiro (2004)
21	Abrigo dos Taques	7.269.088 569.634	904	Pinturas rupestres Geométrica	Blasi et al. (1991), Cavalheiro (2004)
22	Abrigo Rio do Sabão1	7.268.809 570.620	887	Pinturas rupestres Geométrica	Blasi et al. (1991), Cavalheiro (2004)
23	Abrigo Tamanduá	7.268.191 570.982	918	Pinturas rupestres Geométrica	Blasi et al. (1991), Cavalheiro (2004)
24	Abrigo Rio do Sabão 2	7.268.189 570.360	877	Pinturas rupestres Geométrica	Blasi et al. (1991), Cavalheiro (2004)
25	Abrigo da Palmeira	7.267.230 571.894	916	Pinturas rupestres	Geométrica Blasi et al. (1991), Cavalheiro (2004)
26	Silvano	7.288.186 592.557	1232	Pinturas rupestres	Ficha CNSA IPHAN enviada por C. Gomes (2014)
27	Abrigo Cachoeira Bico do Pato 1	7.298.409 577.898	822	Pinturas rupestres Planalto	Parellada (2013)
28	Abrigo Cachoeira Bico do Pato 2	7.298.498 577.746	817	Pinturas rupestres Planalto	Parellada (2013)
29	Abrigo Cachoeira Bico do Pato 3	7.298.484 577.749	817	Pinturas rupestres Planalto	Parellada (2013)
30	PR TI 08/97	24° 45' 31,7"- 50° 18' 9,9"		Pinturas rupestres em abrigo	
31	STPIN 18	7.282.640, 576.054		Pinturas rupestres em abrigo	

No.	Sítio Arqueológico	Coordenadas	Altitude	Vestígios	Referências
32	STPIN 19	7.294.667, 598.461		Pinturas rupestres em abrigo	
33	STPIN 21	7.293.487, 597.234		Pinturas rupestres em abrigo	
34	STPIN 22	7.293.666, 599.047		Pinturas rupestres em abrigo	

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARNT, F.V. As pinturas rupestres como testemunho de ocupação précontato em Tibagi, Paraná. Monografia graduação História, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS, São Leopoldo, 2002.

BARBOSA, J.N.A. Arte rupestre: a história que a rocha não deixou apagar. Curitiba; J.N.A. Barbosa, 120p. 2004.

BLASI, O.; PONTES FILHO, A.; MULLER, C.R.M. Apreciação resumida sobre a arte rupestre nos Campos Gerais do Paraná. Fumdhamentos. São Raimundo Nonato, v.1, n.2, p. 209-218, 2002.

CAVALHEIRO, A.C.M. Pinturas rupestres dos Campos Gerais – Paraná. São Paulo, Dissertação de mestrado, MAE – USP, 2004.

_____. (Coord.) Diagnóstico histórico e arqueológico intyerventivo da UHE Tibagi-Montante, Curitiba, Relatório técnico IPHAN, 2013b.

FAUSTO, C. Os índios antes do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FUNARI, P. P. & NOELLI, F. S. Pré-História do Brasil. São Paulo, 2002.

GASPAR, M. Sambaqui: Arqueologia do litoral brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____, A arte rupestre no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

GOMES, C.S. As representações geométricas e zoomorfas da Tradição Planalto: a arte nos Campos Gerais. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, 2011.

LAMING, A.; EMPERAIRE, J. Descobertas de pinturas rupestres nos planaltos paranaenses. Tradução de José Maria de Menezes. Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, Curitiba, n.1, p. 81-93, 1968.

PARELLADA, C. I. Arte rupestre no Paraná. Revista da FAP, Curitiba, n.5, p.73-89, 2009.

LAMING, A.; EMPERAIRE, J. Découvert de Pintures Rupestres Sur Lês Aut Plateaux du Paraná. Journal de la Societes Americanistes, pp. 165/178, il. Tomo XXXIV, Paris., 1956.

_____, Descobertas de pinturas rupestres nos planaltos paranaenses. Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, Curitiba, 1968.

PROUS, André. Arqueologia Brasileira. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

_____, O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

2.7.1 **Relatórios:**

Diagnóstico Histórico, Cultural e Arqueológico Interventivo da UHE Santa Branca – Rio Tibagi – Municípios de Tibagi e Carambeí – Relatório Final. Elaborado pela EPPC – Estudos e Projetos em Patrimônio Cultural. Curitiba, fevereiro de 2015.

Diagnóstico Arqueológico Interventivo – Diagnóstico Histórico Cultural – UHE Tibagi Montante – Relatório Final. Elaborado pela EPPC – Estudos e Projetos em Patrimônio Cultural. Curitiba, outubro de 2013.

Programa de Prospecção Arqueológica – Programa de Educação Patrimonial – UHE Tibagi Montante – Relatório Final. Elaborado pela EPPC – Estudos e Projetos em Patrimônio Cultural. Curitiba, junho de 2016.

Diagnóstico Arqueológico para Estudo de Impacto Ambiental e Relatório Ambiental do Complexo Eolio-Elétrico Campos Gerais – Municípios de Tibagi, Castro e Carambeí, Paraná. Elaborado por Claudia Inês Parellada. Curitiba, 2013.

Relatório final de pesquisa. Levantamento Arqueológico Sistemático Prospectivo e Salvamento Arqueológico na Usina Hidrelétrica Mauá, PR. Habitus Bio Acessoria. Erechim, 2013.

Relatório final da primeira etapa do programa de salvamento do patrimônio histórico, cultural e paisagístico, referente ao programa básico ambiental da usina Hidrelétrica de Mauá. Consórcio Energético Cruzeiro do Sul e COPATI – Consórcio para a proteção ambiental da Bacia do Rio Tibagi.

ANTROPOLOGIA

O rio e a memória

> A doçura do passado? O recordá-lo, porque recordá-lo é torná-lo presente, e ele nem o é, nem o pode ser – o absurdo, meu amor, o absurdo.
>
> Fernando Pessoa

A memória, enquanto um conceito da reflexão sobre as relações humanas, manifesta condições intrínsecas que são similares a algumas das quais se apresentam também em um rio.

Ao mesmo tempo em que cada rio é único – trajetória particular aberta pelo vento e pela água em movimento sobre os caminhos da terra - ele é também o cerne vital do qual se desdobram uma série de relacionamentos. Intercâmbios ecológicos, trocas atômicas, devires aquáticos, motivos ancestrais, viradas metereológicas, possibilidades alimentícias, extratos geológicos, achados arqueológicos, fatos políticos, relatos míticos, olhares poéticos, vidas viajantes e fatos trágicos são tornados vivos por um rio e também através ou em função dele.

Da mesma forma, cada memória é única. Uma construção particular e provisória em função da necessidade de sentido exigida pelo ser no presente. Ligada diretamente ao ato de rememoração, a memória não existe senão através de uma pessoa elaborando uma atividade criativa e real a partir de sua vida e seus motivos. Assim, o presente empresta ao passado a necessidade de existir e significar. A pergunta de um entrevistador, ou também de um amigo bom de prosa, dispara o processo inventivo no caleidoscópio da lembrança. Esse mecanismo de imagens, sensações e idéias funciona através da edição dos múltiplos fragmentos vividos em busca de uma coerência que possa lhe conferir algum significado.

Ao mesmo tempo em que cada memória é particular e encontra no indivíduo seu lócus de manifestação, ela só possível quando esse mesmo indivíduo se coloca em relação e em movimento, quando o ser sai de si para ser em processo, quando a lembrança se expressa em linguagem partilhada. É através de convenções comuns, transformadas pelo uso social no contato com os outros, que podemos expressar aquilo que foi vivenciado e ao mesmo tempo lhe conferir sentido.

A memória se manifesta no processo singular de lembrança realizado por um indivíduo e é, ao mesmo tempo, um processo social e coletivo. Ela é uma forma de pensamento e um ponto de vista sobre o próprio passado, experiência inescapavelmente comum. Só podemos expressar o vivido, ou mesmo retornar a ele com a imaginação, através de relacionamentos de sentido e de linguagem que estabelecemos com outras pessoas.

Como coloca Geertz (1989, p 225) o pensamento humano é fundamentalmente uma atividade pública e social, seu habitat natural é o pátio da casa, o local do mercado e a praça da cidade. Sendo a memória um tipo de pensamento sobre o passado, ela ocorre através de um tráfico de símbolos significantes.

Para Halbwachs (1990) existem molduras imaginárias e reais que são transmitidas pelo fluxo dos relacionamentos que estabelecemos. Através delas realizamos uma composição do vivido, de modo a emprestar a ele um significado e uma coerência. Essas molduras são muitas vezes ferramentas públicas, como lendas, fotografias, canções, palavras, livros. Todas elas nos equipam de modo a sermos capazes de organizar e significar de algum modo todo o emaranhado imenso das experiências cotidianas.

Um rio, como o Tibagi, é um objeto da memória e ao mesmo tempo um sujeito que age sobre ela, se transformando e guardando lembranças do vivido. Ele pode vir a ser um motivo a partir do qual outras lembranças sobre a família, sobre uma cidade ou sobre uma aventura são costuradas e acessadas. Através das memórias ligadas a um rio podemos vir a acessar significados de outras coisas. Um rio é vida em todos os sentidos fluindo e semovente, a memória é fruto e foto de um processo em movimento, que se expressa através da fala, de imagens, de canções ou de artefatos arqueológicos.

Para almejar fazer algum tipo de reflexão antropológica sobre a memória do rio Tibagi, precisamos então partir de um conceito acerca do que seja memória. É por isso que o tipo de reflexão que temos até aqui elaborado se faz necessária. Esta compreensão acerca da memória, como social e relacional, é diretamente inspirada nas reflexões de Maurice Halbwachs acerca deste tema. Este pensador afirmou em seus estudos que cada memória individual “é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (HALBWACHS,1990:69)”.

Ao demonstrar que a memória se constrói através de grupos sociais e dos relacionamentos que indivíduo cultiva, Halbwachs considerou que esse processo ocorre mediante o uso de quadros sociais. Seriam através dessas ferramentas públicas e compartilhadas de significação do vivido que a memória se tornaria possível de ser expressada pelos indivíduos. “os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, eles representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo” (HALBWACHS, 1990:71).

Partindo desta conceituação (não necessariamente a única ou mais verdadeira, mas certamente uma das mais frutíferas) e tendo em vista o propósito de se refletir sobre a

memória a partir do Rio Tibagi, torna-se interessante realizar um levantamento dos grupos sociais que tem ou tiveram uma relação importante com o rio (tal como faremos no tópico 3 deste texto). Um dos propósitos disso é desvendar quais seriam os campos férteis, grupos sociais em potencial, nos quais poderemos vir a colher a memória viva acerca do rio.

Esse encontro com a memória se dá inescapavelmente no presente, ela é uma reflexão sobre o passado que ganha vida no ato da rememoração. Assim essa memória sobre o Rio Tibagi será trazida à tona através de entrevistas que promoverão a produção de histórias de vida de pessoas que fazem parte desses grupos sociais que tenham uma relação importante com o rio. Segundo Anamaria Venson e Joana Pedro

> Falar do presente possibilita, através da memória, lembrança e oralidade, remeter a momentos vividos antes, dos tempos bons e ruins da vida. Os depoimentos orais desses beiradeiros, além de fonte documental são uma forma de apreender os sentimentos e atitudes frente ao mundo e ao seu lugar de origem, e principalmente o sentimento de pertencimento com esse lugar (VENSON; PEDRO, 2012:21)

Assim, nossa hipótese é de que ao falarem sobre o rio as pessoas que iremos entrevistar farão isso através de um diálogo com os quadros sociais da memória. Isso ocorre por conta do fato de estes quadros estarem diretamente ligados às relações sociais e desse modo constituírem a própria possibilidade de uma pessoa articular sua lembrança.

Nesse sentido, um dos meus objetivos nesta pesquisa será desvendar o lugar que o rio Tibagi ocupa nos quadros de memória social. Isso ocorre através de um processo simultâneo de expressão e reflexão sobre as interpretações que os outros constituem sobre o rio em relação ao seu próprio passado. Segundo Venson e Pedro (2012), ao comentar sobre os propósitos da reflexão sobre as memórias produzidas em uma situação de entrevista:

> não é nossa intenção procurar nos processos de rememoração uma revelação e nem descobrir neles um fundamento, mas tomar as memórias como uma positividade, elas próprias como um acontecimento. E é tal acontecimento que nos interessa discutir. Não temos expectativas de que as memórias, construídas no jogo de perguntas e respostas como fontes de pesquisa, nos desvelem um real, pois que estamos persuadidas de que elas fabricam verdades e são mecanismos repletos de intenções e estratégias. A questão não é procurar a versão mais verdadeira, não é procurar nas fontes uma pista do que aconteceu na realidade, porque estamos entendendo que as memórias que pesquisamos, e que tratamos metodologicamente como discursos/práticas, são a realidade: elas dizem a sujeita que fala, produzem a sujeita falante,têm materialidade (VENSON; PEDRO, 2012:24)

A pesquisa bibliográfica é então essa etapa de levantamento, não somente dos grupos ligados ao Rio, mas dos possíveis quadros sociais de lembrança que esses grupos constituíram para falar do seu passado. Somente pela entrevista e trabalho de campo poderemos desvendar um pouco mais acerca dos meandros dessa complexa relação entre rio, memória, indivíduo e sociedade.

Sendo então a Memória simultaneamente individual e social, fruto de um ato de rememoração por parte de um indivíduo, ela é um processo que se dá através de estruturas cognitivas de linguagem e de lembrança. Desse modo diz sobre o presente tanto quanto, ou talvez até mais do que, sobre o passado. Sendo possível somente enquanto um ato atual e tendo o indivíduo como lugar de manifestação, a memória é mutante, variável e fluída como um rio. A memória é o passado significado, significante e significativo transcriado pelo ato presente da lembrança.

Ao entrevistar pessoas o que faremos será promover a criação de situações em que a memória pode vir a ser convidada à manifestação. As perguntas suscitam elaborações sobre o vivido e as respostas são como construções (não aleatórias, mas variáveis) que o indivíduo faz para dar sentido à vida, olhando o passado com os olhos do presente. Assim, uma pesquisa sobre a memória de um rio ou sobre um rio pode ser uma pesquisa sobre o significado que esse rio tem ou teve para as pessoas com as quais ele esteve ou está associado. Pessoas pelas quais ele é rememorado e lembrado, através das diferentes e variadas formas possíveis de lhe conferir significado.

O rio desafio, o rio obstáculo
No caminho
entre os rumos e desrumos dos conquistadores
O rio mito e mítico
Morada de outros povos e seres
O rio fortuna
Possível fonte de diamantes
O rio sustento
Fonte dadivosa de alimento
O rio viagem
Caminho semovente de procuras
O rio turismo
Moderna fonte de aventuras
O rio lenda, o rio sagrado
O rio alagado
Para construção de hidrelétricas
O rio pesquisado
Para produção de memórias sobre memórias

O RIO, SEUS VESTÍGIOS E VIAGENS

O vale do Rio Tibagi foi e ainda é costurado por muitas travessias e viagens. Cada uma delas foi feita por diferentes motivos, inseridas em outras épocas e espaços, cada qual com suas respectivas compreensões acerca do sentido do viajar. A viagem é um espaço de troca, de interconstituição de representações e olhares, de mútua constituição de si e do outro e se dá no embate perceptivo e discursivo da alteridade, chamado por Mary Louise Pratt de transculturação (PRATT, 1999)

Pensar sobre esses motivos nos leva a oportunidades para ter contato com reflexões e relatos nos quais o rio Tibagi assumiu alguma posição de interesse. Algumas dessas viagens produziram inclusive relatos que podem ser considerados como partes da construção de uma memória documental relacionada ao Rio Tibagi.

Interessante aqui considerar que o vale do Tibagi já foi interpretado a partir da categoria sertão. Para Sena (1998) esta categoria deve ser entendida como parte do processo de construção ideológica do Brasil, sendo pertencente a uma coletividade e estando presente no inconsciente como algo dotado de significados múltiplos. Levi-Strauss (1996), ao refletir sobre o termo no livro Tristes Trópicos, em que traça reflexões sobre uma viagem feito pelo Brasil na qual passou inclusive pelos Campos Gerais e pelo rio Tibagi, afirma que, em oposição à palavra mato – que se refere a um caráter objetivo da paisagem - o termo sertão se refere a um aspecto subjetivo, designando a paisagem em relação ao homem. São as terras onde o homem branco não tem instalação duradoura.

Esse imaginário do vale do Tibagi como sertão se estendeu até meados do século XX, tendo a em vista a brava de prolongada resistência que os índios Kaingang empreenderam em busca de se manterem em seus territórios tradicionalmente ocupados.

Assim, o sertão - palavra utilizada para se referir às terras ainda não conhecidas ou ainda não conquistadas - pode ser considerado como uma categoria do pensamento coletivo ou categoria inconsciente do entendimento (Mauss, 1964) que atua como uma espécie de princípio diretriz do pensamento, viabilizando e tornando possível o próprio pensar.

O sertão é a morada do outro e do desconhecido, simultaneamente um possível paraíso terrestre e fonte do perigo do desconhecido. Segundo Aoki (2013) o empreendimento colonial se fez sempre na fronteira do mito e da experiência. Assim, o território que se mostrava promissor, tanto à conquista como à imaginação dos conquistadores, foi chamado pelos europeus de sertão.Esse termo condensa uma pluralidade de significados formado por um emaranhado de imagens fugidias. Dessa forma acaba por se tratar menos de uma coisa sobre a qual se pensa, mas uma categoria através da qual se tece o próprio pensamento.

O sertão é, simultaneamente, singular e plural, é um e é muitos, é geral e específico, é um lugar e um tempo, um modo de ser e um modo de viver, é o passado sempre presente, o fora do tempo, que não está nunca onde está. (SENA, 1998, p.21)

Assim compreendido o sertão é visto por Sena (1998) como uma categoria necessária e um princípio-diretriz subjacente do processo de constituição da nacionalidade brasileira, construída em contraste com a do colonizador. O sertão seria "uma forma de ser, é aquilo que dentro de nós, nos distingue, ontem e permanentemente, como brasileiros". A autora chega a conjecturar sobre a possibilidade de considerarmos o sertão, em sua resistência e irredutibilidade, como sendo o próprio Brasil que se representa e se singulariza pela atualização permanente desse mito a cada geração de brasileiros que retoma e reconstrói simbolicamente a saga épica do sertanejo.

Segundo Mota (2011) o "Sertão do rio Tibagi" esteve situado na atual região dos Campos Gerais no atual estado do Paraná. O vale deste rio foi ocupado desde pelo menos 10.000 anos antes do presente (Parellada, 2008) por diversas culturas indígenas. De acordo com Mota (2011), nos dois primeiros séculos da conquista ibérica o Sertão do Tibagi foi palco de uma ativa disputa entre portugueses e castelhanos pela posse da mão-de-obra indígena. Algum tempo depois, com a descoberta de ouro e diamantes, no século XVIII, a região foi explorada por mineradores e por entradas militares promovidas pelas autoridades régias, entre os quais se destaca o governador da capitania de São Paulo, D. Luiz de Souza, o Morgado de Matheus.

Neste mesmo período, segundo Mota (2011), ocorreram as negociações de limites entre Portugal e Espanha, com os tratados de Madri e Santo Ildefonso, tornando urgentes o reconhecimento e a posse destes territórios. Durante o fim do século XVIII e durante quase todo o século XIX, o vale do Tibagi se tornou uma região economicamente importante, como área de passagem das tropas de muares vindas do extremo sul e demandando as Minas Gerais e, depois, aos cafezais paulistas

A primeira referência escrita sobre o rio Tibagi foi feita por Pero Hernandez, secretário e escrivão de Alvar Nunez Cabeza de Vaca, conquistador espanhol do século XVI. Esse texto, chamado Comentários, relatou a viagem da esquadra espanhola que partiu de onde atualmente se encontra o rio Itapocu, em Santa Catarina rumo à Assunção. Após a viagem de Cabeza de Vaca, a região passou então para o domínio castelhano, como parte da "Província do Guairá" (Picanço & Mesquita, 2010). O antigo Guairá (1541-1632) foi um território vinculado ao Paraguai colonial, que compreendeu, de maneira aproximada, a região entre os rios Paranapanema a norte, Iguaçu a sul, Paraná a oeste e Tibagi a leste. Segundo avaliações contemporâneas, estima-se para este período uma população indígena de 100 a 300 mil pessoas habitando a região (Picanço & Mesquita, op. cit.).

Através do relato de Pero Hernandez tomamos conhecimento da primeira referência a esse rio ‘todo ladrilhado, com lajes grandes e tão bem formadas que pareciam terem sido colocadas a mão’ que era chamado Tibagi pelos índios, termo guarani que significa ‘muitas cachoeiras’. Ele foi encontrado pelos espanhóis no dia 3 de dezembro de 1541, após a expedição ter atravessado os campos de Curitiba e o rio Iguaçu.

Cabeza de Vaca e seu grupo buscavam encontrar o mesmo caminho trilhado por Aleixo Garcia, o primeiro europeu guiado pelos índios ao longo do milenar Caminho do Peabirú. Este caminho, posteriormente denominado Caminho do São Tomé pelos jesuítas, foi o itinerário indígena mais importante no período colonial. Ele ligava "tribos da nação Guarany da bacia do Paraguay com a tribu dos Patos do litoral de Santa Catarina, com os Carijós de Iguape e Cananéia, e com as tribos de Piratininga e do litoral próximo" (CORTESÃO, 1955:16). De acordo com Washington Luís, era um caminho "muito batido, com uma largura de 8 palmos, estendendo-se por mais de 200 léguas desde a capitania de S. Vicente, da Costa do Brasil, até as margens do rio Paraná, passando pelos rios Tibagi, Ivaí e Pequeri” (Petrone, 1995:35).

Segundo Kok (2009), as contribuições dos grupos nativos foram imprescindíveis no que se refere a fornecer informações detalhadas não só sobre a topografia e geografia bem como outros conhecimentos, necessários à elaboração de mapas, esboços, técnicas de representação e orientação nos caminhos terrestres e fluviais do sertão. Para Kok (2009) esses conhecimentos constituíam a "cartografia indígena", isto é, um acervo de informações espaciais, construído pela memória e enraizado, principalmente, nos sentidos. Pode-se dizer, seguindo os passos do antropólogo Claude Lévi-Strauss, que a cartografia indígena inscreve-se numa "ciência do concreto", baseada em modos de observação e de reflexão a partir da "organização e da exploração especulativa do mundo sensível, em termos de sensível".

A viagem de Cabeza de Vaca foi assim parte da prática colonial de tentativa de domínio sobre regiões ainda não conquistadas, em uma conjuntura em que Portugal e Espanha estavam em disputa pelo território colonial. Segundo Picanço & Mesquita (2010) o vale do rio Tibagi foi provavelmente atravessado pela primeira vez por europeus em 1526, na expedição de um sobrevivente da esquadra de Juan de Solis, o já citado Aleixo Garcia que, partindo do Porto Dos Patos (provavelmente na atual Palhoça, em Santa Catarina), teria chegado até o sul da atual Bolívia. Também deve ter cruzado o vale do Tibagi a expedição de Pero Lobo em 1531. Enviado por Martim Afonso de Souza, partiu com 80 arcabuzeiros da atual Cananéia, tendo sido trucidado pelos indígenas no baixo vale do Iguaçu, segundo os relatos recolhidos na região pelo explorador Cabeza de Vaca em 1542 (Cabeza de Vaca, 1993).

Ao longo de todo relato da expedição de Cabeza de Vaca a presença indígena foi central, tanto pelo fato de índios Guarani terem-no guiado ao longo da travessia como pelos diversos tipos de relacionamento de troca de presentes que ele foi estabelecendo com tribos ao longo de sua viagem.

Em um dos capítulos de seu escrito Pero Hernandez relatou como Cabeza de Vaca e seus homens tiveram alguma dificuldade para atravessarem o rio Tibagi e como, depois da travessia, se encontraram com alguns indígenas com os quais trocaram presentes e mantiveram um bom relacionamento.

> De aqueste río llamado Iguazu, el gobernador y su gente pasaron adelante descubriendo tierra, y a 3 días del mes de diciembre llegaron a un río que los indios llaman Tibagi [197] . Es un río enladrillado de losas grandes, solado, puestas en tanta orden y concierto como si a mano se hobieran puesto. En pasar de la otra parte de este río se rescibió gran trabajo, porque la gente y caballos resbalaban por las piedras y no se podían tener sobre los pies, y tomaron por remedio pasar asidos unos a otros; y aunque el río no era muy hondable, corría el agua con gran furia y fuera. De dos leguas cerca de este río vinieron los indios con mucho placer a traer a la hueste bastimentos para la gente; por manera que nunca les faltaba de comer, y agua a veces lo dejaban sobrado por los caminos. (CABEZA DE VACA, 1995:34)

Guiado pelos Carijós, Cabeza de Vaca foi orientando a desviar os atuais Campos de Guarapuava (chamado pelos índios Kaingang de Koran- Bang-Rê) pelo fato de os índios que ali viviam, chamados na época de Coroados por conta do tipo de tonsura que utilizavam, serem considerados muito bravios. De fato os Kaingang e os Tupi-Guarani (Carijós) eram na época inimigos tradicionais que, desde antes da chegada dos europeus, disputavam as terras região da bacia do Rio Tibagi. Era de se esperar que ao guiarem os europeus ao longo do Peabirú os índios Tupi-Guarani desviassem o território Kaingang. Para Mota, o relato da expedição de Cabeza de Vaca foi o primeiro documento a informar a presença indígena em quase todo o interior do Paraná, ao mesmo tempo em que mostrava a existência de uma divisão política entre os diversos grupos presentes na região.

Vemos então como a primeira aparição do rio Tibagi na literatura já o associava à presença indígena, sendo isso um sintoma do fato de a bacia desse rio ser um local tradicionalmente ocupado por povos ameríndios. Segundo Lúcio Tadeu Mota,

> os territórios que hoje se denominam Paraná vêm sendo continuamente habitados por diferentes populações humanas há cerca de 9 mil anos AP, de acordo com os vestígios materiais mais antigos encontrados pelos arqueólogos. Entretanto, se considerarmos a cronologia dos territórios vizinhos que foram ocupados em épocas anteriores, é provável que ainda possam ser obtidas datas que poderão atestar a presença humana em períodos mais recuados, podendo alcançar ate 11 mil ou 12 mil anos AP (...) As populações que viveram no Paraná entre 9 mil a 3 mil anos AP são denominadas, pela Arqueologia, de caçadores e coletores pré-cerâmicos. Elas foram substituídas pelas populações indígenas agricultoras e ceramistas – Kaingang, Xokleng, Guarani e Xetá – a partir de sua chegada na região, por volta de 3 mil anos AP, e continuam a viver aqui até hoje (Mota, 2011:121)

Para Mota (2011), é provável que os Kaingang e os Xonkleng (de matriz Jê) tenham chegado antes que os Tupi-Guarani ao Paraná. Com a chegada dos Guarani, que desceram ao sul do atual território do Brasil conquistando os vales de rios como o Paranapanema e o Paraná, os Kaingang foram sendo empurrados ao centro-sul do atual estado do Paraná.

No início do século XVII, por volta de 1610, foram fundadas as primeiras reduções na região do Guairá. Elas eram estabelecimentos que buscavam controlar e catequisar os índios, retirando-os da vida selvagem e introduzindo-os a vida comunitária cristã. A primeira Redução a ser instalada foi às margens do Paranapanema. Logo em seguida as reduções de São José, São Francisco Xavier, Encarnación e São Miguel foram fundadas no vale do Rio Tibagi (MOTA, 2011). Ao todos foram fundadas 14 reduções na região do Guairá.

Segundo Mota (2011), essa organização das reduções não foi bem- vista nem pelos fazendeiros espanhóis instalados no Guairá nem pelos paulistas da recém- fundada São Paulo de Piratininga. Desse modo, em 1629 os bandeirantes paulistas destruíram-nas, matando centenas de índios e aprisionando outros milhares que foram levados para os centros escravagistas. Outros conseguiram fugir para o Rio Grande do Sul junto com os jesuítas. Embora os historiadores (por ex. Wachovicz,1988) costumem afirmar que após a destruição das reduções do Paraná toda a região teria permanecido abandonada por mais de um século, o que se observa é que outros grupos Guarani e demais etnias que não estavam reduzidas puderam se expandir sem serem molestadas pelos bandeirantes paulistas, que passaram a prear índios em outras províncias. (Kimmie, 1995)

A partir do final do século XVII, quando as populações Guarani tiveram uma drástica redução devido ao ataque das bandeiras paulistas à região do Guairá, os Kaingang então voltaram a se expandir por todo centro do Paraná, ocupando praticamente toda a região conhecida como Campos Gerais, a qual está diretamente ligada à bacia do Rio Tibagi. A toponímia empregada pelos Kaingang para nominar seus territórios era a seguinte: Koranbang-rê (campos de Guarapuava); Kreie-bang-rê (campos de Palmas); Kampo-rê (Campo Ere – sudoeste); Payquerê (campos entre os rios Ivaí e Piquiri, hoje nos município de Campo Mourão, Mamborê, Ubiratã e outros, adjacentes); Minkriniarê (campos de Chagu, oeste de Guarapuava, no município de Laranjeiras do Sul); campos do Inhoó (em São Jerônimo da Serra).

Segundo Tommasino (1995), o território Kaingang é vivido e concebido como um conjunto de subterritórios. Em cada um desses últimos eles se distribuíam em várias aldeias, que tinham como pontos de referência os rios, as serras, as florestas e os cemitérios. Estes elementos compunham um espaço que era produzido histórica e culturalmente, fazendo com que o espaço Kaingang possa ser considerado como o local dos acontecimentos sociais mais importantes, onde o vivido adquiriu significado no tempo e no espaço.

No caso aqui em questão os vários grupos Kaingang que ocupavam a região formavam subterritórios interligados pelos afluentes do Rio Tibagi,

> as serras de Apucarana e Agudos e todas as florestas e campos completavam o ecossistema que constituía o território ancestral dos Kaingáng do Tibagi (...) Era, portanto, um grande território contínuo que foi sendo invadido e expropriado ao longo da experiência histórica dos últimos 150 anos (TOMMASINO, 1995:122)

Em um outro relato disponível sobre uma expedição nos sertões do Tibagi, o da esquadra de Afonso Botelho, somos apresentados a mais um dos episódios da Guerra de Conquista que os europeus tiveram de empreender em busca de dominar as terras ameríndias. De acordo com Lúcio Tadeu Mota essa guerra se iniciou nas primeiras décadas do século XVI, com a chegada dos primeiros europeus, através das expedições portuguesas e espanholas em busca de metais, de escravos e de um caminho até o Império Inca, se acentuou no início século XVII com a implantação das reduções jesuíticas e foi tomando diferentes formas chegando até o século XX.

Guerra é aqui entendida no sentido dado por Antônio Carlos de Souza Lima: um processo que requer uma organização militar conquistadora, que age em nome de um Deus, um Rei, uma Nação ou um Império; um povo de onde se origina o conquistador e que lhe dá uma identidade social e uma direção comum; e o butim, composto pelo povo conquistado com seus territórios e riquezas, que passam a ser mercantilizadas. E conquista, quando parte do povo conquistador se fixa nos territórios conquistados, faz a exploração sistematizada do butim e passa a veicular os elementos básicos da cultura invasora através de instituições concebidas para tanto (MOTA, 2011:10)

O episódio da expedição de Afonso Botelho, narrado em “Notícia da conquista e descobrimento dos Sertões do Tibagi”, fez parte do processo de conquista dos campos de Guarapuava e Palmas – episódio da guerra de conquista dos territórios indígenas no Paraná no século XVIII. As tribos Kaingang detentoras do território tradicional que se estendia ao longo dos Campos Gerais e do Vale do Tibagi ofereceram forte resistência à ocupação da região fazendo com que a pacificação e expulsão dos Kaingang só viesse a se efetivar plenamente a partir do século XIX (MOTA, 2011)

Entre 1768 a 1775, foram organizadas onze expedições militares as regiões do Tibagi, Ivaí e Guarapuava. Muitas delas partiam do Porto São Bento, no Rio Tibagi. Afonso Botelho, que coordenava estas movimentações militares, participou pessoalmente da décima expedição. Segundo Aoki (2013) a ordem era clara “invadir os sertões e reduzir os bárbaros”. Percebemos assim, o pensamento com relação aos gentios à serem conquistados nas novas

regiões exploradas, apesar de existir ordens para um tratamento “amigável”, já se conhecia o fato dos gentios serem hostis a presença dos colonizadores (AOKI, 2013)

Botelho, fazendo um balanço das duas expedições finais, em tom otimista, afirmou: “Tendo entrado para o sertão em julho de 1769, gastaram um ano, e três meses neste grande círculo, ficando assim reconhecido aquele grande sertão, descoberta a comunicação daquela parte para a Praça de Iguatemi.” Percebemos nessas expedições, que além de objetivarem conhecer o sertão do Tibagi, os luso-brasileiros estavam preocupados em descobrir um caminho para se chegar ao Iguatemi, região que dava acesso ao Paraguai.

Nessa sequência de expedições explorando os sertões do Tibagi eles tomaram conhecimento dos campos de Guarapuava, bem como do fato de ele ser um território ocupado pelos índios Coroados. Os luso-brasileiros queriam conquistar aqueles territórios e catequizar os índios, por sua vez os Kaingang procuravam expulsar aqueles que tentavam tomar posse de seu território.

Nessa sequência de embates narrados por Botelho os objetivos dos luso-brasileiros não foram atingidos, apesar de um forte investimento financeiro e uma grande arregimentação de pessoas. Botelho, que havia ficado na serra de Capivaruçu, teve que ajudar a socorrer o Rio Grande, que estava sendo atacado pelos espanhóis. Assim, as incursões aos sertões do Tibagi tiveram que ser suspensas de modo que os relatos de Botelho sobre as expedições que comandara acabam sendo uma espécie de tentativa de justificar o insucesso na conquista efetiva dos Campos de Guarapuava. Esse contato foi de modo muito interessante retratado por José Miranda, em uma série de gravuras que numa espécie de história em quadrinhos reconta os episódios mais dramáticos da relação dos homens de Botelho com os índios Kaingang. Algumas dessas gravuras se encontram em anexo.

Assim, os Kaingang conseguiram retardar a entrada dos colonizadores no Koran-Bang-Re (Campos de Guarapuava) por quarenta anos. Foi somente em 1810 que uma expedição de aproximadamente 200 homens fortemente armados conseguiu efetivamente conquistar a região.

Parte ainda de empreendimentos coloniais, mas menos bélicos do que estes narrados acima, as viagens de Saint-Hilaire pela região dos Campos Gerais propiciaram a este naturalista francês interessantes experiências e reflexões narradas em seus escritos. Viajando pelo sudeste, centro-oeste e sul do Brasil, Saint-Hilaire coletou informações sobre 24 mil espécies da flora e da fauna. Augustin – ou Auguste – François Cezar Prouvençal de Saint-Hilaire tinha 20 anos quando chegou ao Brasil, em 1817. Regressou à França em 1822 e assumiu a cadeira de Botânica na Faculdade de Ciências de Paris em 1830.

No livro Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina, o autor dedicou quatro capítulos para fazer a caracterização dos Campos Gerais. Saint-Hilaire delimitou a região dos Campos Gerais entre a margem esquerda do Itararé e uma região a pouca distância do Registro de Curitiba. Nestes capítulos falou sobre a paisagem, sobre os costumes, sobre os vilarejos e pessoas que ao longo do caminho encontro. Para Saint-Hilaire,

> Esses campos constituem inegavelmente uma das mais belas regiões que já percorri desde que cheguei à América; suas terras são menos planas e não se tornam tão monótonas como as nossas planícies de Beauce, mas as ondulações do terreno não chegam a ser tão acentuadas de maneira a limitarem o horizonte. Até onde a vista pode alcançar, descortinam-se extensas paisagens; pequenos capões onde sobressai a valiosa e imponente araucária surgem aqui e ali nas baixadas, o tom carregado de suas folhagens contrastando com o verde claro e viçoso do capinzal. De vez em quando apontam rochas nas encostas dos morros, de onde se despeja uma cortina de água que se vai perder no fundo dos vales; uma numerosa quantidade de éguas e bois pastam pelos campos e dão vida à paisagem, vêem-se poucas casas, mas todas bem cuidadas, com pomares plantados de macieiras e pessegueiros. O céu ali não é tão luminoso quanto na zona dos trópicos, mas talvez convenha mais à fragilidade da nossa vista. Os bosques de araucária não são os únicos ornamentos da região; numerosos rios e riachos ajudam a embelezá-la, além de proporcionar-lhe frescura e fertilidade (Saint-Hilaire 1991:23)

A viagem de Saint-Hilaire pelo Brasil se deu num contexto de abertura de nosso país ao olhar estrangeiro, que ocorreu pela vinda de diversos viajantes europeus pesquisadores. Segundo Pratt (1995) no século XVII ocorreu o surgimento de uma 'consciência planetária'. Ele foi fruto da constituição da História Natural como uma estrutura de conhecimento, bem como consequência das descobertas empreendidas pelos conquistadores. Como colocam Pereira e Iegelski,

"O viajante, agora não mais apenas que olha e narra, é o responsável por um inventário da natureza e da sociedade das regiões não européias por onde passa. É ele o responsável pelo alargamento das zonas de contato e da geração de representações sobre a natureza, a sociedade e cultura destas regiões (PEREIRA e IEGELSKI,2002:9) .

A escrita de Sain-Hilaire, bem como o olhar que ele lançou sobre as terras brasileira em que passou, são diretamente comprometidos com valores ocidentais e iluministas. Apesar disso, ainda que parciais e comprometidos com sua visão particular de mundo, seus escritos formam um interessante e fértil documento produzido acerca da memória ligada ao Rio Tibagi.

O RIO E OS COLETIVOS HUMANOS

O propósito desta terceira parte é apresentar uma lista de alguns dos lugares que a pesquisa até aqui realizada sugerem como sendo possivelmente interessantes para realização do trabalhado de campo. Esses locais foram selecionados tendo em vista sua

proximidade com o Rio Tibagi e possível importância que ele possa vir a ter para estes grupos. No intuito de se realizar entrevistas com moradores antigos desses locais será necessário a realização de um contato prévio com essas cidades, especialmente através de suas secretarias de cultura. No caso das terras indígenas e das terras quilombolas o primeiro contato deverá ser feito através de outros pesquisadores que já trabalharam na região.

Cidades e localidades: Primeiro de maio, Sertanópolis, Ibiaci ,Jatai (Primeiro de Maio) Colônia Jatahy, Frei Timóteo (Jatai), Ortigueira (lajeado bonito, natigui), São Jerônimo, Bairro do Felisberto (Curiúva), Telêmaco Borba, Tibagi, Ponta Grossa (Pinheirinhos),Faxinais no Município de Imabaú, Comunidades quilombolas de água morna, são roque e rio do meio e as Terras Indígenas de Apucarana, São Jerônimo da Serra, Mococa e Queimadas.

Constituídas historicamente pelo processo de ocupação e hibridização cultural gerada pela presença dos europeus, estas cidades estão ligadas ao Rio também através de atividades nas quais seus moradores investiram seu tempo e suas vidas. Situações como a mineração, a pesca, o turismo e a navegação sugerem e possibilitam ligações entre a vida das pessoas e rio. Conexões estas que pretendemos estabelecer através da realização das entrevistas no trabalho de campo.

Até agora, além do que já foi apresentado, esta pesquisa encontrou alguns fatos curiosos. Um deles é existência do Monge de Tibagi, que teria benzido pessoas e realizado profecias no inícios do século XX; a passagem do monge João Maria pela região (lembrada até hoje em uma peregrinação religiosa na cidade de Tibagi), temos também os peculiares e exóticos mergulhos de escafandro que eram realizados no rio Tibagi a procura de diamantes e curiosa história da Fazenda-Fortaleza contada por Saint-Hilaire.

1.2 ANEXOS – IMAGENS

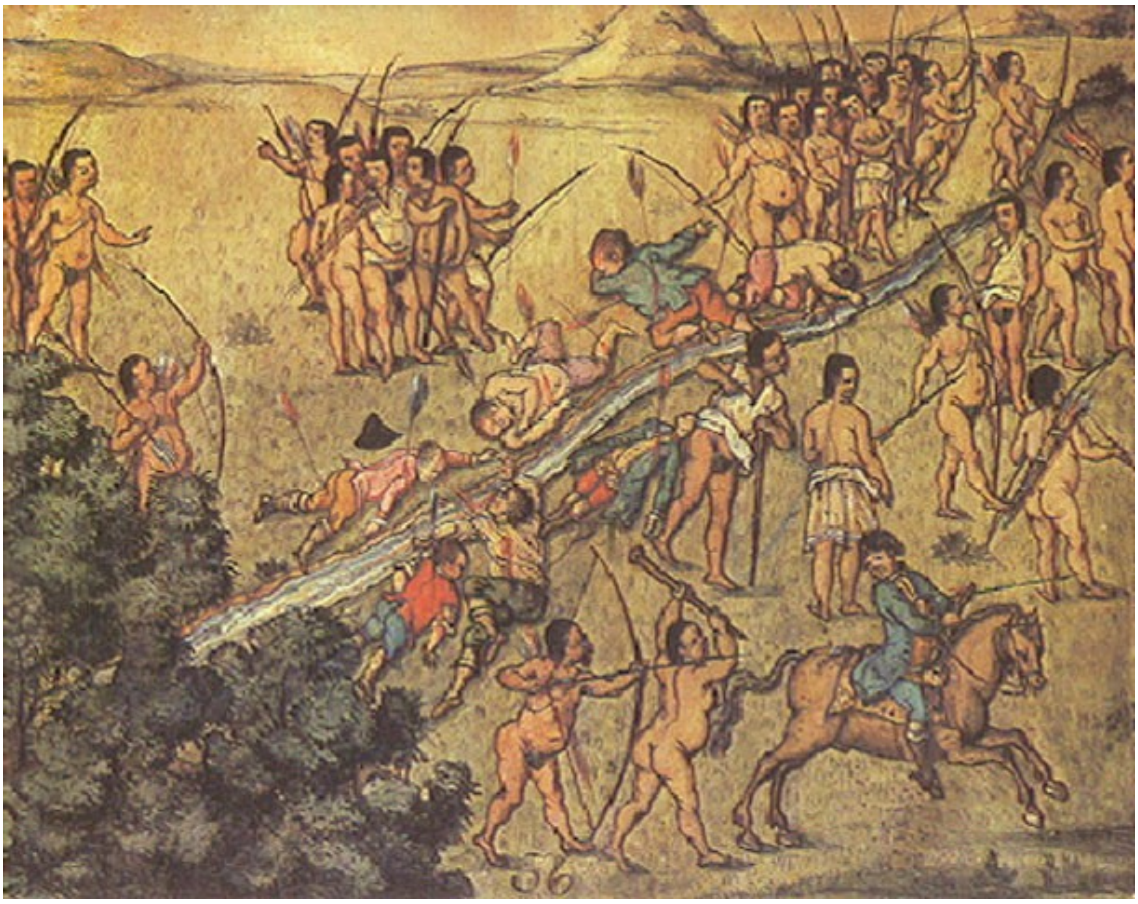

Imagem 4- Mapa do Sertão do Tibagi feito em 1755 por Manuel Ângelo Filgueira de Aguiar a pedido do sertanista Ângelo Pedroso Leme

BIBLIOGRAFIA

AOKI, Maria Tereza. Dois Mundos em desencontros: A narrativa imagética de José Miranda e o relatório de Afonso Botelho sobre o encontro com os índios Kaingang nos campos de Guarapuava. Monografia em História. UFPR 2013

CORTESÃO, Jaime. A fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1955

PETRONE, Pasquale. Aldeamentos paulistas. São Paulo: Edusp, 1995.

PRATT, Mary Louise. Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação Bauru, EDUSC, 1999, 394p.

PICANÇO, Jefferson de Lima & MESQUITA, Maria José. O Sertão do Tibagi, os diamantes e o mapa de Angelo Pedroso Leme (1755) Primeiro Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica 2011

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro:Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Memórias 126 como fonte de pesquisa em história e antropologia

MOTA, Lúcio Tadeu. História Colonial do Paraná, 2011

LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes trópicos. São Paulo, Cia das Letras, 1996

SENA, Custódia Selma. A categoria Sertão: um exercício de imaginação antropológica. Sociedade e Cultura, 1 (1): 19-28, jan/jun. 1998.

BOTELHO, Afonso. Notícia da conquista e descobrimento dos Sertões do Tibagi.

CABEZA DE VACA, A. N.Comentários e Naufrágios. 1995

PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro e Francine, Iegelski. O PARAÍSO TERRESTRE NO BRASIL: Os Campos Gerais do Paraná no relato de Auguste de Saint-Hilaire Revista de História Regional 7(1):47-72, Verão 2002

TOMMASINO, Kimiye; A HISTÓRIA DOS KAINGÁNG DA BACIA DO TIBAGI: UMA SOCIEDADE JÊ MERIDIONAL EM MOVIMENTO. Tese. USP 1995

HISTÓRIA

Os primeiros viajantes e as reduções jesuíticas

Quando os europeus iniciaram o processo de colonização das suas terras americanas esta encontrava-se dividida entre Portugal e Espanha. Pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 entre os dois países, grande parte do território paranaense pertencia aos espanhóis.

Os primeiros relatos europeus sobre o Tibagi estão associados a expedições lideradas por representantes da colônia espanhola que para conhecer o espaço e transitar entre regiões importantes cruzaram o rio ainda no século XVI. Em 1524 Aleixo Garcia realizou a primeira viagem pelo interior do sul do Brasil. Porém, a expedição mais conhecida desse período foi realizada por Álvar Nuñez Cabeza de Vaca que, a caminho de Assunção, vindo de Santa Catarina, para contornar o território kaingang, subiu o rio Iguaçu e a certa altura por terra, dirigiu-se ao rio Tibagi seguindo o seu curso. Nas proximidades da foz do rio Iapó, região atual da cidade de Tibagi, a expedição dirigiu-se para o oeste até chegar ao rio Ivaí (...) (MOTA:1999). Cabeza de Vaca relatou a viagem realizada em 1541 e nesse registro informou que “quase todo o interior do Paraná estava habitado e, ao mesmo tempo, mostra que havia uma divisão política entre esses diversos grupos da mesma matriz cultural, organizados politicamente em cacicados” (MOTA:1999).

Além dos relatos de Cabeza de Vaca o cronista alemão Ulrich Schmidel atravessou o continente de oeste para leste, entre 1552 e 1553, saindo de Assunção, a caminho do litoral (TIBAGI MONTANTE: 2016).

Ao estudarmos o início da colonização do território é evidente a importância das comunidades indígenas que viviam na região e foram referenciadas pelos viajantes europeus. Em seus relatos deixaram explícito a ajuda indígena para adentrar as regiões e contaram principalmente com a colaboração dos carijós e guaranis. O caminho utilizado para essas viagens era

o do Peabiru, trilha indígena pré-colombiana, transcontinental, que ligava o Peru, no Oceano Pacífico, com são Vicente, no Atlântico” (WACHOWICZ: 2001).

> O Peabiru partia de São Vicente ou de Cananéia no litoral paulista, atravessava a Escarpa do Mar, penetrando pelo vale do rio Ribeira do Iguape, transpunha os Campos Gerais, ultrapassava os rios Tibagi, Ivaí, Piquiri, e pelo vale deste último atingia a região das Sete Quedas no rio Paraná; atravessava este rio, penetrava em território paraguaio, e, vencendo a Cordilheira dos Andes, terminava no litoral peruano. Possuía numerosas ramificações para norte e para sul (WACHOWICZ: 2001).

Em 1550 a Coroa espanhola iniciou a colonização da região que mais tarde foi chamada de Província del Guairá abrangendo os territórios indígenas a leste do rio Paraná

até o vale do Tibagi. Perceberam que precisavam impedir a passagem de portugueses para as ricas minas de Potosí. Fundaram inicialmente três cidades: Ontiveiros em 1554, na margem oriental do rio Paraná, Ciudad Real del Guairá (1556-1557) e Villa Rica del Espiritu Santo (1570), próxima do rio Piquiri. Aos indígenas que viviam na região estabeleceram o sistema de *encomiendas*, incorporando-os à dinâmica colonial espanhola. Neste sistema,

> o colono, através de concessões oriundas das comunidades locais, tinha o direito de explorar trabalhos de grupos ou comunidades nativas durante todo seu período de vida; contudo, em troca dessa exploração, deveria pagar um tributo - que os índios vassalos deviam ao rei – à metrópole, e ainda realizar a proteção e a instrução, nas doutrinas da fé cristã, daqueles que se encontravam sob sua jurisdição. (TIBAGI MONTANTE: 2016).

Contudo, as populações nativas apresentaram grande resistência a esse sistema, inclusive com levantes frequentes contra os espanhóis. Assim, o governador do Paraguai, Hernando Arias Saavedra, sugeriu ao governo espanhol que confiasse a pacificação e a conversão do indígena da região aos padres da Companhia de Jesus (WACHOWICZ: 2001).

Em 1608 a Coroa espanhola instituiu a província del Guairá e deu início ao sistema de reduções. Esses núcleos de colonização e catequização indígena foram organizados pelos afluentes do rio Paraná, até encontrarem seu limite oriental na região do vale do Tibagi (TIBAGI MONTANTE: 2016). Foram organizadas 13 reduções na Província del Guairá, sendo quatro delas no vale do Tibagi: São José, São Francisco Xavier, Encarnación e São Miguel.

Contudo, não existiram por muito tempo. Embora os padres jesuítas tenham conseguido, em um pequeno espaço de tempo, estruturar as comunidades indígenas e adequar as populações ao interesse espanhol, os bandeirantes paulistas foram responsáveis pela sua destruição. “A expansão das reduções espanholas, que já atingiam o médio vale do Tibagi, provocou o temor dos paulistas mamelucos, que tomaram a firme deliberação de impedir essa expansão” (WACHOWICZ: 2001).

Para aproximar-se das reduções, em 1628, os paulistas estabeleceram-se na margem esquerda do Tibagi, provavelmente onde hoje é o município de Ortigueira. Até 1632 todas as reduções haviam sido destruídas comandadas pelo bandeirante Raposo Tavares.

Com a expulsão dos guaranis e jesuítas e destruição total do Guairá a região foi tomada pelos kaingang que se opuseram aos avanços luso- brasileiros, particularmente no vale do Tibagi.

Mineração e reconhecimento do “Sertão do Tibagi”

Entre o final do século XVII e início do século XVIII embora tenham sido realizadas algumas excursões para o aprisionamento de indígenas não houve nenhum assentamento ou

centros permanentes na região do Tibagi. Notícias de que havia sido encontrado ouro no litoral paranaense levou muitos mineradores a desbravar o interior na busca pelo metal precioso.

Após o período das reduções havia ainda a esperança de encontrar-se ouro nos vales do Tibagi. O bandeirante paulista Fernão Dias Paes empreendeu viagens e passou pelas nascentes do rio em busca do metal preciso. Já no século XVIII, ainda com este imaginário presente, "bandeiras paulistas e curitibanas – como a de Zacarias Dias Cortes (1720), a de Ângelo Pedroso (1754) e a de Ribeiro Bayão (1760), assim como expedições militares, adentraram o interior da extensa paragem paranaense". (TIBAGI MONTANTE: 2016). Na época, o território do segundo e terceiro planaltos eram conhecidos como "Sertões do Tibagi" e associados à margem esquerda do rio.

Quando no século XVIII as terras dos Campos Gerais estavam integradas ao sistema tropeiro, um documento do rei português, D. João III, de 1753, estimulava expedições ao "Sertão do Tibagi" e que inicialmente deveria ser levado a cabo pelas ações de Francisco Tosi Colombina, geógrafo que em nome da Coroa Portuguesa realizou diversos mapas da região interiorana do Brasil, na época da assinatura do Tratado de Madri (1750) entre Portugal e Espanha.

Se a primeira expedição ocorreu não se tem notícias, porém o primeiro mapa do "Sertão do Tibagi" foi realizado em 1755 por Manuel Ângelo Figueira de Aguiar. Essas campanhas levaram Ângelo Pedroso Lima e Marcelino Rodrigues de Oliveira a encontrar na encosta da serra da "Pedra Branca", diamante.

> As autoridades de Paranaguá, acreditando nas grandes potencialidades minerais da região, enviaram uma bandeira à Serra da Pedra Branca para manter a ordem e a vigilância dos garimpos. Essa corporação, estabelecida no registro de Tibagi de Nossa Senhora do Monte Carmo – situado na foz do rio Capivari –permaneceu na região até o ano de 1765, onde instalou uma guarda militar (TIBAGI MONTANTE: 2016).

Ainda com base nas expedições ao "Sertão do Tibagi", para evitar que espanhóis se apossassem da região, foram realizadas viagens, principalmente entre os anos 1768 e 1774, que tinham como ponto de apoio o porto São Bento, localizado na margem esquerda do rio Tibagi. As terras foram exploradas e reconhecidas, chegaram até mesmo às ruínas das primeiras cidades organizadas pelos espanhóis quando da Província del Guairá. Essas expedições foram motivadas por D. Luís Antônio de Souza Botelho e Mourão, governador da Capitania de São Paulo. O comandante da expedição, Afonso Botelho de S. Paio e Sousa, escreveu o relatório "Notícia da conquista e descobrimento dos Sertões do Tibagi – 1768-1774", fonte importante para conhecermos sobre as expedições levadas a cabo nesse período. Inclusive, por esta obra podemos refletir sobre a relação com os indígenas, que apresentaram grande resistência à presença do colonizador na região.

Nas décadas seguintes, principalmente no início do século XIX, foram sendo organizadas várias fazendas integradas ao Tropeirismo na região do vale do Tibagi (TIBAGI MONTANTE: 2016).

Ainda no século XIX, o “Sertão do Tibagi” ainda foi alvo de expedições que buscavam uma rota terrestre para o Mato Grosso. O Barão de Antonina (João da Silva Machado) investiu nessas expedições e, segundo Wachovicz, “conseguiu na corte do Rio de Janeiro a criação de uma colônia militar nas margens do rio Tibagi” (WACHOVICZ: 2001). Seguir o rio fazia parte da exploração do espaço, mesmo já no período Imperial. Assim, foi organizado o aldeamento de São Pedro de Alcântara, inaugurado em 1856. Em frente ao aldeamento foi criada a colônia militar Jataí. A região, que posteriormente foi chamada de São Jerônimo, era formada por campos, que foram dominados pelas expedições a mando do Barão de Antonina. Mais tarde, depois de vários ataques indígenas, essa região tornou-se, em 1859, o aldeamento São Jerônimo da Serra.

Esses núcleos desempenharam importante papel durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), pois facilitaram a subsistência dos soldados que para lá se deslocavam. “Após a Guerra do Paraguai, o plano de ligar o Mato Grosso com o mar pelo território paranaense foi abandonado. Em consequência, a colônia do Jataí não teve o progresso desejado (WACHOVICZ:2001). Hoje a antiga colônia militar constitui-se no município de Jataizinho.

Ocupação dos Campos Gerais e o Tropeirismo

Ainda no século XVII e início do século XVIII, antes das expedições militares ao “Sertão do Tibagi”, pequenos faiscadores de ouro estabeleceram- se em algumas regiões próximas ao rio Tibagi, porém o rápido declínio da atividade e notícias de que havia sido encontrado ouro na região de Minas Gerais levou a uma emigração. Claro que a mineração no Paraná não se extinguiu de todo, porém seu dinamismo foi perdido. Os poucos que permaneceram buscaram novas alternativas de sobrevivência, como a pecuária e a agricultura.

> Este amplo processo de esvaziamento da principal atividade primária produzida até então resultou no surgimento de uma estrutura social, representada, a partir daí, por proprietários de terra – muitos dos quais haviam sido, em tempos anteriores, detentores de concessões de mineração. Neste novo cenário, a pecuária e a agricultura se tornaram as principais atividades e, principalmente, a base de sustentação da população que permaneceu na região (TIBAGI MONTANTE: 2016).

Nesse contexto, a região dos Campos Gerais passou a ser habitada. Atraiu a atenção de ricos habitantes de São Paulo, Santos e Paranaguá que desde o século XVIII, estimulados pelo alto preço do gado, alcançaram conquistas, via doação, de várias sesmarias, fundando

várias fazendas (SANTA BRANCA:2013). A criação de gado tornou-se rentável pois, na região das Minas Gerais, onde na época, para a exploração do ouro, estava a maior concentração populacional da colônia no período, nada se produzia, necessitando do afluxo de alimentos das várias regiões do Brasil.

O transporte de quaisquer bens para a região das Gerais só seria possível no lombo de muares e, os animais do Rio Grande do Sul seriam amplamente utilizados. De acordo com essa demanda foi criado um caminho para levar mulas e gado do Rio Grande do Sul (Viamão) até São Paulo (Sorocaba). "O capitão-general de São Paulo, Antonio Caldeira Pimentel, em finais da década de 1720 determinou a abertura de um caminho que ligasse os campos de Viamão aos de Curitiba e que proporcionasse a subida das tropas de gado" (TIBAGI MONTANTE: 2016). Em meados de 1731 o caminho já estava concluído.

> Esta longa viagem inaugurou a Era do Tropeirismo, trazendo consigo não apenas o surgimento de agrupamentos humanos permanentes, (...), mas, especialmente, uma forte cultura e maneira de viver que permaneceriam gravados tanto na geografia quanto na memória e na história da região (SANTA BRANCA: 2013).

Nesta nova dinâmica econômica e social surgiram "agrupamentos humanos permanentes – muitos dos quais tornar-se-iam pontos de passagem, vilas e cidades onde eram realizadas prestações de serviços, cultos religiosos e comercializações de produtos agropecuários" (TIBAGI MONTANTE: 2016). A população paranaense, inserida nesse contexto, ocupou vastas regiões apropriadas para essa atividade.

As fazendas que passaram a ser organizadas no caminho das tropas eram autossuficientes e estavam baseadas na relação senhor-escravo, sendo este de origem africana ou indígena. Os escravos realizavam todas as atividades associadas aos animais da propriedade, enquanto que as escravas o trabalho doméstico. Além dos escravos, havia também os agregados que embora fossem livres estavam subordinados a classe senhorial.

> Se, no início da criação das fazendas, os proprietários eram absenteístas – deixando suas terras sob administração de um capataz – no decorrer do século XIX, quando a pecuária já possuía uma valiosa força econômica e política, grande parte residia em sua própria fazenda, cuidando e dirigindo seus negócios (SANTA BRANCA:2013).

No século XIX com a intensificação do tropeirismo muitas fazendas dedicaram-se a outra atividade bastante rentável: o aluguel de pastagens e a realização de invernadas. Isso deve-se ao fato de que mesmo com a queda da mineração na região das Minas Gerais as tropas continuavam a ser responsáveis por todo o transporte de mercadorias. "O fazendeiro oferecia as terras, o trato dos animais como fornecimento de sal e, ainda, a condução da tropa para a feira de Sorocaba por peões e capatazes da própria fazenda" (TIBAGI MONTANTE: 2016).

Viajantes europeus que passaram pela região no século XIX, como Saint-Hilaire, registraram a vida nessas fazendas e podemos conhecer sobre esse cotidiano através de

seus relatos. Por exemplo, o uso do sal para o tratamento do gado era importante para deixá-lo manso e em boa saúde (TIBAGI MONTANTE: 2016).

Com o crescimento econômico os fazendeiros também se tornaram tropeiros e a riqueza que a atividade gerou passou a ser perceptível na mudança de vida da própria população das fazendas: Segundo Machado (1962 apud TIBAGI MONTANTE, 2016 p.60),

> A transformação dos fazendeiros em tropeiros e das fazendas de criatório em áreas de invernada foi acompanhada pela ampliação monetária, pelo desenvolvimento do comércio contrário à autossuficiência das fazendas e, principalmente, pelo predomínio econômico das cidades.

Esse sistema apenas entrou em declínio no final do século XIX, em meados de 1870, primeiro com o a concorrência do gado de outros estados e, principalmente, pela construção das estradas de ferro.

Imigração

Desde a chegada da família real ao Brasil em 1808 passou-se a incentivar a imigração europeia para ocupação do espaço. Após a emancipação política do Paraná, em 1853, o governo buscou atrair imigrantes com o objetivo de uma agricultura de abastecimento através da criação de colônias agrícolas próximas dos núcleos urbanos.

Esse fato intensificou-se com a queda do ganho das fazendas de gado e de invernagem. Em 1877 chegavam os primeiros imigrantes a região dos Campos Gerais – alemães do Volga (sul da Rússia), principalmente para Ponta Grossa, Palmeira e Lapa.

Foram habitar os territórios das antigas fazendas que na sua decadência venderam seus territórios para o governo do Paraná.

Na região dos Campos Gerais alemães e holandeses também foram muito importantes para a formação de vários municípios na região. “Na passagem do século XIX para o século XX, o Paraná contava com um contingente de imigrantes formado por, aproximadamente, cem mil imigrantes –e seus descendentes – de diversas etnias e origens (TIBAGI MONTANTE: 2016).

Sobre imigração são necessárias leituras para aprofundamento do contexto histórico que faremos na sequência do projeto. Tanto da imigração no século XIX, quanto na que ocorreu após as duas Grandes Guerras Mundiais.

Entre as leituras realizadas vamos expor algumas informações referentes a formação dos seguintes municípios: Tibagi, Carambeí e Telêmaco Borba. As informações abaixo são apenas um “norte” para a pesquisa, pois como está posto em nosso plano de trabalho, também faremos um histórico dos munícipios associados à bacia do rio Tibagi.

Tibagi

No processo de expedições ao “Sertão do Tibagi”, no século XIX foi iniciada a ocupação da bacia ocidental do Tibagi e dos campos ao norte pelos grandes fazendeiros dos Campos Gerais paranaenses, que procuravam expandir os seus domínios. A região então integrava-se a dinâmica do tropeirismo.

Na segunda metade do século XVIII Antônio Machado Ribeiro e José Félix da Silva atravessaram o rio e ocuparam o lugar onde seria a cidade de Tibagi (MOTA: 1999). José Felix da Silva era proprietário da Fazenda Fortaleza que desempenhou importante papel na defesa da região em relação às investidas dos índios kaingang.

Antônio Machado Ribeiro recebeu do dono da fazenda Fortaleza a posse do quadrante Iapó-Tibagi. Porém, mais tarde foi obrigado a ocupar a margem esquerda do rio. Em 1784 tornava-se o primeiro proprietário das terras onde hoje está a cidade de Tibagi.

Contudo, a origem da cidade está relacionada à capela construída em homenagem à Nossa Senhora dos Remédios, erguida a partir de 1835, de acordo com uma promessa que a esposa de um dos descendentes de Ribeiro fez na época em que se encontrava doente. Embora tenha falecido antes de cumprir sua promessa seu marido, levou a cabo a construção. Assim, após a capela ter sido erigida, em 1836 a Câmara Municipal de Castro nomeou um subprefeito, e a povoação foi conhecida inicialmente por “Nossa Senhora dos Remédios de Tibagy” (TIBAGI MONTANTE: 2016).

A expansão da região seguiu-se as iniciativas exploratória na bacia do Tibagi, principalmente pelas atividades do Barão de Antonina já mencionadas acima. No século XIX a região foi marcada pela expansão de fronteiras.

Tibagi foi elevada à vila em 1872 e, em 1879, recebeu o título de cidade. A Mineração sempre rondava as atividades na região. O inglês Bigg- Whitter, em viagem a cidade no século XIX, verificou o potencial da atividade de mineração, além de destacar a paisagem e a vida da população. Assim, em 1885 chegava a Companhia Inglesa de Mineração, porém em 1912 os garimpos encontravam-se praticamente abandonados. Da permanência da empresa inglesa ficou o “Cortado” ou “Vazado” que marca a paisagem do Tibagi e foi realizado com o intuito de desviar o curso do rio.

No decorrer do século XX, com as transformações históricas do espaço e as novas ocupações que ocorriam, o “município de Tibagi foi, gradativamente, perdendo seu vasto território. Emancipara-se de sua administração: Apucarana, Reserva, Ortigueira, Ventania, Telêmaco Borba, Jataí e, inclusive, grande parte dos municípios do Norte Pioneiro” (TIBAGI MONTANTE: 2016).

Carambeí

Suas origens estão relacionadas a sesmaria de domínio de José de Góis em meados de 1704. Havia uma fazenda chamada Carambeí que foi vendida em 1808 para Francisco Teixeira de Azevedo. Inicialmente, eram terras de criação de gado e pastoreio, que em 1819 passou a dedicar-se à invernagem. Em 1854 a fazenda foi à leilão, passando por vários donos.

Com a queda do ciclo do tropeirismo as terras de Carambeí acabaram vendidas e incorporadas à Brazil Railway Company. Seu plano inicial era a implantação na região entre Castro e Ponta Grossa de um núcleo de imigrantes alemães. Contudo, mesmo com a administração da empresa a colônia não deu certo e apenas uma família permaneceu no local.

Em 1911 famílias de holandeses, vindas de Irati, onde havia uma colônia multiétnica, seguiram para as antigas terras da fazenda Carambeí. Ali dedicaram-se à rotação de cultura, criação de gado, principalmente de vacas. As famílias estabelecidas ali organizaram-se em cooperativas e a produção de laticínios foi o foco principal. Já em 1925 foi criada a firma "*De Geus e Cia*", o embrião da cooperativa Batavo.

A divulgação do sucesso da colônia na Europa trouxe novas famílias de holandeses, além de alemães, italianos e ucranianos.

Na década de 1920, para evitar a concorrência entre as três indústrias de laticínios que havia em Carambeí foi criada a Cooperativa Hollandeza de Laticíos, que em 1941 transformava-se em Batavo.

No período pós Segunda Guerra Mundial com a introdução de melhorias tecnológicas na agricultura e pecuária os habitantes de Carambeí também passaram a dedicar-se a produção de alimentos para animais, à criação de aves de corte e, sobretudo, à suinocultura.

Telêmaco Borba

Uma das primeiras fazendas da região foi Monte Alegre organizada em 1926. O território, localizado no médio Tibagi, estava relacionado ao município de mesmo nome. Nesse espaço o modelo predominante era a agricultura de subsistência e pecuária. Em 1934 a região foi adquirida pela indústria Klabin que passou a realizar atividades relacionadas ao reflorestamento e à derrubada da floresta nativa.

Telêmaco Borba foi organizada na região central da fazenda Monte Alegre. No processo de implantação da Klabin foram criados um aeroporto e construída a barragem no rio Harmonia para abastecimento da indústria.

A região que na época chamava-se Cidade Nova foi emancipada de Tibagi em 21 de março de 1964, originando o município de Telêmaco Borba.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e artigos

FÖRTSCH, Alcima Aparecida. Paisagem, cultura e identidade: os poloneses em Rio Claro do Sul, Mallet. In: SAHR, Cicilian Luiza Löwen. (organizadora) **A paisagem como patrimônio cultural: Campos Gerais e Matas com Araucária no Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010. p.17-32.

MACHINSKI, Fernanda. “Memórias” e Patrimônio Arquitetônico em Ponta Grossa/PR: subsídios para sua salvaguarda. In: SAHR, Cicilian Luiza Löwen. (organizadora). **A paisagem como patrimônio cultural: Campos Gerais e Matas com Araucária no Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010. p.117-124.

MOTA, Lúcio Tadeu e NOELLI, Francisco Silva. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo Benedito Dias e GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen. A Paisagemdos Campos Gerais e das Matas de Araucária como patrimônio do Paraná: um complexo mosaico. In: SAHR, Cicilian Luiza Löwen. (organizadora) **A paisagem como patrimônio cultural: Campos Gerais e Matas com Araucária no Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010. p.11-16.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

Relatórios

Diagnóstico Histórico, Cultural e Arqueológico Interventivo da UHE Santa Branca – Rio Tibagi – Municípios de Tibagi e Carambeí – Relatório Final. Elaborado pela EPPC – Estudos e Projetos em Patrimônio Cultural. Curitiba, fevereiro de 2015.

Diagnóstico Arqueológico Interventivo – Diagnóstico Histórico Cultural – UHE Tibagi Montante – Relatório Final. Elaborado pela EPPC – Estudos e Projetos em Patrimônio Cultural. Curitiba, outubro de 2013.

Programa de Prospecção Arqueológica – Programa de Educação Patrimonial – UHE Tibagi Montante – Relatório Final. Elaborado pela EPPC – Estudos e Projetos em Patrimônio Cultural. Curitiba, junho de 2016.

Diagnóstico Arqueológico para Estudo de Impacto Ambiental e Relatório Ambiental do Complexo Eolio-Elétrico Campos Gerais – Municípios de Tibagi,

Castro e Carambeí, Paraná. Elaborado por Claudia Inês Parellada. Curitiba, 2013.

Relatório final de pesquisa. Levantamento Arqueológico Sistemático Prospectivo e Salvamento Arqueológico na Usina Hidrelétrica Mauá, PR. Habitus Bio Acessoria. Erechim, 2013.

Relatório final da primeira etapa do programa de salvamento do patrimônio histórico, cultural e paisagístico, referente ao programa básico ambiental da usina Hidrelétrica de Mauá. Consórcio Energético Cruzeiro do Sul e COPATI – Consórcio para a proteção ambiental da Bacia do Rio Tibagi.